

Circuitos Curtos de Comercialização e Segurança Alimentar: Alternativas para o Abastecimento Sustentável e a Valorização da Agricultura Familiar no Brasil
Short Food Supply Chains and Food Security: Alternatives for Sustainable Food Distribution and the Valorization of Family Farming in Brazil

Gabriela de Ávila Nunes: Estudante de Graduação na Universidade Federal de Santa Catarina; Email: avilanunesgabriela@gmail.com

Jean dos Santos: Estudante de Graduação na Universidade Federal de Santa Catarina; Email: jeanfrederico1995@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT10. Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo: A agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos no Brasil, mas enfrenta desafios de acesso a mercados. Nesse contexto, os circuitos curtos de comercialização (CCCs), como feiras livres, cestas agroecológicas e Células de Consumo Responsável (CCRs), surgem como alternativas para aproximar produtores e consumidores, promovendo relações mais justas e sustentáveis. Fortalecendo a agroecologia, esses arranjos geram renda local e ampliam o acesso a alimentos saudáveis, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional. Políticas públicas como o PAA e o PNAE são fundamentais nesse processo, embora enfrentem discontinuidades e obstáculos logísticos. Apesar dos desafios estruturais e da necessidade de maior apoio institucional, os CCCs têm grande potencial de replicação e impacto, especialmente quando articulados a redes de cooperação e à participação social.

Palavras-chave: Agroecologia; Consumo responsável; Políticas públicas alimentares; Territorialização da produção; Comercialização solidária.

Abstract: Family farming is responsible for a large part of food production in Brazil, but faces challenges in accessing markets. In this context, short marketing channels (SVCs), such as street markets, agroecological baskets and Responsible Consumption Cells (CCRs), emerge as alternatives to bring producers and consumers closer together, promoting fairer and more sustainable relationships. These arrangements strengthen agroecology, generate local income and expand access to healthy food, contributing to food and nutritional security. Public policies such as the PAA and PNAE are fundamental in this process, although they face discontinuities and logistical obstacles. Despite the structural challenges and the need for greater institutional support, SVCs have great potential for replication and impact, especially when linked to cooperation networks and social participation.

Key words: Agroecology; Responsible consumption; Food public policies; Territorial food systems; Solidarity-based marketing.

1. Introdução

A agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção de alimentos que abastecem o mercado interno brasileiro, sendo peça-chave para o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da segurança alimentar (MATTEI, 2017; IBGE, 2019). Apesar de sua relevância econômica e social, os agricultores familiares enfrentam dificuldades históricas no acesso a mercados e no escoamento da produção. Nesse cenário, os circuitos curtos de comercialização (CCCs) surgem como alternativa estratégica para aproximar produtores e consumidores, valorizando relações sociais, territórios e modos de produção sustentáveis (CEPAL, 2014; SCHNEIDER; FERRARI, 2015).

Experiências como feiras livres, cestas agroecológicas e Células de Consumo Responsável (CCRs) têm se consolidado como instrumentos relevantes para geração de renda, acesso a alimentos saudáveis e fortalecimento da agricultura local. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar o papel dos circuitos curtos de comercialização na

promoção da segurança alimentar e no fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, discutindo suas contribuições, desafios e potencialidades à luz das políticas públicas.

2. Referencial Teórico

A agricultura familiar, definida legalmente pela Lei nº 11.326/2006, caracteriza-se pelo uso predominante de mão de obra da própria família e pela gestão direta da produção. Representa a maior parte dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e desempenha papel fundamental na segurança alimentar, no desenvolvimento territorial e na preservação socioambiental (IBGE, 2017; ROVER, 2015; PELEGRINI, 2020).

Diante das dificuldades de inserção nos mercados convencionais, os agricultores têm recorrido aos circuitos curtos de comercialização (CCCs), compreendidos como formas de venda com no máximo um intermediário, que promovem proximidade geográfica, social ou relacional entre produtores e consumidores (SCHNEIDER; FERRARI, 2015). Tais arranjos contribuem para a valorização dos alimentos locais, fortalecem economias regionais e impulsionam práticas agroecológicas, apesar de enfrentarem desafios logísticos, estruturais e de escala (GRISA, 2015; CASSOL, 2021; PETERS, 2020).

A segurança alimentar e nutricional (SAN), por sua vez, está diretamente relacionada à disponibilidade, ao acesso e ao consumo de alimentos adequados, em quantidade suficiente e com base em práticas sustentáveis (LOSAN, 2006; CAISAN, 2018). Os circuitos curtos, ao promoverem alimentos saudáveis e vínculos territoriais, representam um caminho efetivo para o fortalecimento da soberania alimentar, especialmente em contextos de vulnerabilidade social (RECINE, 2014; BURITY, 2020; GRIGOL, 2022).

3. Metodologia

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com base em revisão bibliográfica e análise de dados secundários. A pesquisa se fundamenta em estudos acadêmicos, relatórios institucionais e dados estatísticos sobre agricultura familiar, segurança alimentar e circuitos curtos de comercialização no Brasil.

Foram utilizadas fontes como o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), o Estudo Técnico de Mapeamento de Desertos Alimentares (CAISAN, 2018) e publicações da Rede PENSSAN, além de artigos científicos nacionais publicados em periódicos como a *Revista de Economia e Sociologia Rural*, *Desenvolvimento e Meio Ambiente* e *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*. A seleção do material priorizou produções de pesquisadores brasileiros e instituições reconhecidas, com ênfase em experiências práticas de circuitos curtos de comercialização e iniciativas como as Células de Consumo Responsável (CCRs), feiras livres e compras públicas. O recorte temporal considerou majoritariamente produções entre 2010 e 2024.

4. Resultados e Discussão

4.1 Panorama da Agricultura Familiar e Comercialização

A agricultura familiar representa cerca de 77% dos estabelecimentos rurais do Brasil e é responsável por grande parte dos alimentos consumidos no país (IBGE, 2017). Caracteriza-se pela gestão direta e uso predominante de mão de obra familiar (FAO, 2018). Mais do que uma atividade econômica, constitui um modo de vida enraizado no território, na cultura e na reprodução social (MATTEI, 2017; LAMARCHE, 1997). Apesar de sua relevância, enfrenta desigualdades no acesso a mercados e políticas públicas. Programas como o PNAE e o PAA ampliaram a inserção dos agricultores em mercados institucionais (GRISA; SCHNEIDER, 2015), mas ainda enfrentam desafios como burocracia, logística e

descontinuidade (EXIME et al., 2021). Diante disso, há crescente demanda por canais alternativos de comercialização, como os circuitos curtos, que conectam diretamente produtores e consumidores, promovendo relações mais justas e sustentáveis.

4.2 Circuitos Curtos e Células de Consumo Responsável (CCRs)

Os circuitos curtos de comercialização (CCCs) se caracterizam por relações diretas entre produtores e consumidores, com no máximo um intermediário, promovendo vínculos de confiança, valorização do território e acesso a alimentos saudáveis (CEPAL, 2014; DAROLT et al., 2016). Presentes em feiras livres, cestas agroecológicas, entregas diretas e plataformas digitais, esses arranjos buscam romper com modelos de intermediação que penalizam o pequeno produtor (PLOEG, 2008; SCHNEIDER; FERRARI, 2015). As feiras são espaços que fortalecem laços culturais, geram renda e promovem alimentação justa e sustentável (EXIME et al., 2021). As Células de Consumo Responsável (CCRs), por sua vez, articulam consumidores e produtores agroecológicos em cadeias solidárias baseadas em preço justo, sazonalidade e sustentabilidade, geralmente apoiadas por organizações da sociedade civil e coletivos urbanos (VIEGAS; ROVER; MEDEIROS, 2017).

No Sul do Brasil, há uma forte tradição de comercialização direta, com experiências de CCRs integradas a políticas públicas como o PAA, PNAE e editais estaduais de apoio à agroecologia (GRISA; CASSOL, 2020). Apesar do potencial dessas iniciativas, sua sustentabilidade depende de continuidade institucional, apoio técnico e soluções logísticas (AMARAL et al., 2024). Tais canais alternativos demonstram forte capacidade de fortalecer a agricultura familiar e a agroecologia, não apenas pela renda gerada, mas também pela construção de redes solidárias e pela promoção do direito à alimentação adequada.

4.3 Relação com a Segurança Alimentar

A segurança alimentar e nutricional (SAN) envolve o acesso regular a alimentos adequados, com qualidade, quantidade suficiente e sustentabilidade (LOSAN, 2006; CAISAN, 2018). Os circuitos curtos de comercialização contribuem para a SAN ao ampliar o acesso a alimentos frescos, fortalecer redes locais de abastecimento e promover a agroecologia, especialmente em territórios vulneráveis (CEPAL, 2014). Experiências como feiras livres, cestas agroecológicas e CCRs conectam consumidores e produtores, gerando renda no campo e estimulando hábitos alimentares saudáveis (EXIME et al., 2021; VIEGAS et al., 2017). Políticas públicas como o PAA e o PNAE também reforçam esse vínculo ao destinarem recursos à compra da produção familiar, promovendo a soberania alimentar e o direito humano à alimentação (FIAN Brasil; FAO, 2018). Em meio ao avanço da insegurança alimentar, esses arranjos representam caminhos eficazes para sistemas alimentares mais justos e resilientes.

4.4 Desafios e Potencialidades

Apesar dos avanços, os circuitos curtos de comercialização enfrentam desafios como infraestrutura precária, dificuldades logísticas, burocracia e a descontinuidade de políticas públicas como o PNAE e o PAA (CEPAL, 2014; AMARAL et al., 2024). Muitos agricultores ainda carecem de apoio técnico, organização coletiva e espaços adequados para comercializar regularmente seus produtos (EXIME et al., 2021). Do lado da demanda, também é necessário estimular o consumo consciente e fortalecer a valorização dos alimentos da agricultura familiar. As CCRs, embora promissoras, ainda dependem de maior articulação institucional e apoio logístico para se sustentarem (VIEGAS; ROVER; MEDEIROS, 2017). Ainda assim, esses arranjos têm alto potencial de replicação e contribuem para um sistema alimentar mais

justo, sustentável e territorializado, especialmente quando articulados a redes de cooperação e políticas públicas integradas.

5. Considerações Finais

Os circuitos curtos de comercialização são estratégias eficazes para fortalecer a agricultura familiar, promover a segurança alimentar e valorizar modos de vida sustentáveis. Ao aproximarem produtores e consumidores, viabilizam o acesso a alimentos saudáveis, impulsionam a economia local e favorecem a agroecologia, especialmente quando articulados a políticas públicas como o PAA e o PNAE. Experiências como feiras livres, cestas agroecológicas e Células de Consumo Responsável (CCRs) demonstram seu potencial na construção de sistemas alimentares mais justos e territoriais.

Contudo, sua consolidação exige superar entraves como infraestrutura precária, apoio técnico insuficiente e descontinuidade de políticas. Conclui-se que os circuitos curtos, aliados à participação social e ao planejamento alimentar local, contribuem para sistemas mais resilientes e inclusivos. Pesquisas futuras podem aprofundar seus impactos em comunidades específicas e desenvolver indicadores para orientar sua replicação e efetividade.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, L. de S.; MELISSA DE MOURA MAFRA DA SILVA, S.; JOSÉ DE SOUSA, W. **Circuito Curto de Comercialização Agroecológico: o caso do Mercado da Vida (Bonito/Pernambuco)**. Revista Inter-Legere, [S. l.], v. 7, n. 39, p. c32246, 2024. DOI: 10.21680/1982-1662.2024v7n39ID32246. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/32246>. Acesso em: 28 mar. 2025.
- EXIME, E.; REIS, CM dos; COSTA, M.L.; GONZÁLEZ, AC.; COSTA JÚNIOR, JM.; ZONIN, WJ. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: uma caracterização da feira do produtor rural no município de Marechal Cândido Rondon – Paraná, Brasil**. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S. l.], v. 1, pág. e20310111462, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i1.11462. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11462>. Acesso em: 28 mar. 2025.
- LEME, Simone Maria. **O papel do estado e do campesinato na condução de políticas públicas para a produção e a comercialização camponesa: análise a partir dos circuitos curtos de comercialização**. Revista de Geografia, [S. l.], v. 38, n. 4, p. 89–103, 2021. DOI: 10.51359/2238-6211.2021.250998. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/250998>. Acesso em: 28 mar. 2025.
- LIMA, A. F.; SILVA, E. G. de A.; IWATA, B. de F. **Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura**. Retratos de Assentamentos, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/332>. Acesso em: 28 mar. 2025.
- Mattei, L. (2017). **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. Revista Econômica Do Nordeste, 45(5), 83–92.
- VIEGAS, Maurício da Trindade; ROVER, Oscar José; MEDEIROS, Monique. **Circuitos (não tão) curtos de comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na região da grande Florianópolis**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, [S. l.], v. 42, 2017. DOI: 10.5380/dma.v42i0.50759. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/50759>. Acesso em: 28 mar. 2025.